

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1618

A Estrella do Sul e os Inimigos da Fé Católica: 1862 a 1867**Ms. Iuri Gomes Ramos**

Resumo: Esta pesquisa foi um fragmento da dissertação de Mestrado em História do Brasil defendida no ano de 2008, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Este trabalho foi motivado por uma pesquisa anterior relacionado aos estudos da história da Igreja Católica no Brasil e os desdobramentos da questão do campo religioso riograndense. A pesquisa tem início no estudo da descrição da primeira visita pastoral do bispo da Diocese do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul em 1815. A partir dessa visita, vislumbrou-se todo o cenário religioso até a formação da Diocese no Rio Grande do Sul. Quando este estudo estava sendo organizado através da leitura flutuante das obras que versavam acerca deste tema, foi encontrada uma citação de Spencer acerca da condição do clero no Brasil, no período do Império. Ao analisar essa citação, percebeu-se que a obra citava a possibilidade de haver, no Brasil, algumas exceções à norma citada por ele da condição do clero no país. Após um estudo mais sistemático à documentação *A Estrella do Sul*, percebeu-se que o semanário e o bispo Dom Sebastião dias Larangeira faziam parte dessa exceção descrita na obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda. O objetivo desta pesquisa foi fazer as devidas conexões entre o campo religioso católico no Rio Grande do Sul, o protestantismo e a política do Império. A partir deste contexto, notou-se um cenário político-ideológico bem acentuado, bem como cada um desses grupos buscando seu espaço, analisado aqui através da imprensa católica. Assim sendo, o confronto de idéias entre o Liberalismo, o catolicismo e as instituições protestantes no Rio Grande do Sul no século XIX foram objeto desta pesquisa. Para tanto, foi utilizada a hipótese do agendamento como ferramenta teórica para a organização documental que neste caso foi o Semanário *A Estrella do Sul*, primeira publicação oficial da Diocese de Porto Alegre. Esse Semanário possibilitou perceber as estratégias utilizadas pela Igreja Católica para manter o poder e o espaço político-religioso que lhe pertencia, tendo em vista o recorte histórico que compreende esta pesquisa entre os anos de 1862 a 1866. Nesse sentido serão analisados três grandes agendamentos: o protestantismo no Rio Grande do Sul, a necessidade da formação de um clero romanizado e a política rio-grandense. Neste último agendamento perceberam-se os aliados e os inimigos da Igreja Católica através da publicação do Semanário. *A Estrella do Sul* foi um veículo importante no contexto de defesa do espaço da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, porém, não havia sido feito ainda um estudo mais sistemático da obra. Através deste trabalho, os aspectos referentes à religiosidade católica através da *A Estrella do Sul* foram contemplados, marcando assim, um espaço de luta por poder entre a Igreja Católica e seus inimigos na segunda metade do século XIX, no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Rio Grande do Sul – Protestantismo – Igreja Católica – Liberalismo – A Estrella do Sul

Esta pesquisa propõe uma breve reflexão sobre as relações do religioso e do político na província do Rio Grande do Sul, no século XIX, tendo como objeto de pesquisa o Semanário *A Estrella do Sul*. Este semanário foi o primeiro publicado pela Diocese de Porto Alegre e o recorte histórico utilizado compreende os anos de 1862 a 1866.

A hipótese utilizada para o tratamento das fontes foi o agendamento, uma técnica norte-americana da área da Comunicação que tem como princípio analisar a organização dos meios de comunicação oficiais para influenciar os leitores através da recorrência de assuntos planejados pelos emissores da informação, que neste caso, era o bispo do Rio Grande do Sul – Dom Sebastião Dias Larangeira. Este, organizará, através da publicação *A Estrella do Sul*, uma disputa por espaço político com os protestantes e os liberais com o objetivo de defender o espaço da Igreja Católica no Rio Grande do Sul.

A situação da Igreja no Brasil no período citado era de fracionamento do clero. Alguns autores dividem em clero nacional e o dito clero romanizado, também conhecido como ultramontano. Dom Sebastião fazia parte do último grupo. A historiografia mais tradicional fazia a seguinte referência ao clero brasileiro:

desde os tempos pombalinos até as vésperas da questão religiosa, não se distinguia, com raras exceções por qualquer demonstração de ortodoxia. Mas freqüentadores das letras francesas do que das latinas, mais versadas na literatura profana do que nas obras pias, muitos de nossos clérigos estavam saturados dos ideais iluministas, das reivindicações democráticas e liberais da Revolução Francesa.¹

Foi justamente a citação acima que me motivou a fazer esse estudo, quando ingressei no mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de ter um contato mais próximo com o citado Semanário e então me deparei com um fato inusitado: aquelas primeiras idéias que me fizeram pesquisar sobre a religiosidade e sua ligação com o liberalismo não conferiam com o material que estava em minhas mãos. Isso porque percebi que na *A Estrella do Sul*, publicada uma vez por semana para a sociedade católica no Rio Grande do Sul, a religiosidade proposta era contrária. Essa nova visão a respeito do Semanário me fez analisá-lo mais sistematicamente por encontrar uma das raras exceções que Roque Spencer M. de Barros faz referência no texto acima e por se tratar de uma exceção que não havia sido estudada de uma forma mais sistemática através da historiografia rio-grandense.

A sistematização dessa leitura foi realizada em duas etapas. Primeiramente através de uma leitura flutuante, para em seguida levantar os principais temas ou campos propostos pela publicação. Para essa análise, foi necessário analisar as principais características do Semanário. O mesmo tinha como cabeçalho a seguinte inscrição: “*Revista Consagrada aos interesses da religião sob os auspícios do Exm. Rev. Sr. D. Sebastião Dias Larangeira, Bispo do Rio Grande do Sul*”; nesse cabeçalho fica evidente, desde o início de cada uma das publicações, a função do mesmo e seu responsável. Ainda no cabeçalho havia o valor da assinatura anual, que era de dez mil réis por ano. O Semanário tinha oito páginas por edição e essa estrutura foi fixa até o ano de 1866. O recorte cronológico dessa pesquisa foi necessário porque no último ano, 1866-1867, não houve a mesma reincidência de artigos que se adequassem à pesquisa.

A diagramação do Semanário geralmente ganhava uma introdução, também chamada de parte oficial, que servia como um editorial de assuntos considerados importantes por seu responsável, D. Sebastião Larangeira. Geralmente os artigos analisados nessa pesquisa foram retirados dessa parte do semanário. Em seguida, havia a seção romance, histórias com moral religiosa, publicadas por partes, durante várias semanas. Essas histórias eram selecionadas para atender aos interesses de quem as publicava. A próxima era a seção de Variedades, seção flutuante, pois apesar de não aparecer em todos os exemplares do semanário, em determinados anos, aparecia com mais freqüência. A seguir vinha o expediente do bispo que tratava das atividades semanais do mesmo. Por último o noticiário, que servia para informar

aos leitores o que acontecia na Província. Aparecem também, bem mais esparsamente, poesias, anúncios, declarações, necrologia e provisória.

Vale lembrar que o Semanário foi escrito no século XIX e, portanto, há diferenças na grafia. Essas diferenças foram respeitadas nas citações.

O objetivo da *A Estrella do Sul* fica evidente desde sua primeira edição, já que indicava que iria combater “o mal gangrenoso da sociedade”. No decorrer desse trabalho, perceber-se-á qual era “o mal gangrenoso da sociedade” que visceralmente iria ser combatido pela Igreja e como este processo aconteceu através das páginas da *A Estrella do Sul*.

Uma das questões que ficará bastante clara no decorrer do trabalho é que um dos fatores de luta ou de embate ideológico entre D. Sebastião e os inimigos da fé católica estava relacionado ao Liberalismo. Nesse contexto histórico, a Igreja Católica e o Liberalismo não compactuavam com os mesmos pensamentos, pelo contrário, a Igreja via no Liberalismo a fonte das mudanças que eram nocivas à sociedade católica devido à liberdade religiosa e à separação entre Estado e Igreja. Esse confronto já vinha de muito tempo, como veremos no fragmento a seguir, onde Bobbio ressalta que:

As guerras de religião, possibilitando a afirmação da liberdade religiosa, são o berço da liberdade moderna; todos os clássicos do Liberalismo se mantêm fiéis a esta reivindicação da liberdade ética do homem. Locke, indo mais adiante, reivindica, no campo político, a autonomia da lei moral ou “filosófica” em relação à lei civil, ou seja, do poder espiritual do juízo moral que é atribuição da opinião pública.²

Nesse sentido, pode-se notar que o fator de individualidade no quesito escolha religiosa, não estaria ligado à oficialidade desta em relação ao Estado, ou seja, não era necessário que a religião do rei fosse a religião do povo. Desta forma a religião católica sairia perdendo, pois a união altar e trono sempre foi favorável à Igreja Católica.

Dentro do século XIX, percebendo que os tempos eram outros, muitos dirigentes políticos aderiram às monarquias nacionais que, de certa forma, faziam com que preceitos do antigo regime se ligassem a preceitos liberais para poder resistir aos novos tempos, tempos esses marcados por processos revolucionários de cunho liberal e, conforme cita Bobbio:

Temos assim os monárquico-liberais que, na firme defesa do ideal monarquista, admitiam formas limitadas de representação política; os liberal-nacionais que, por identificarem a causa nacional com a liberal, perdiam freqüentemente o significado liberal de uma organização federativa ou subordinavam a liberdade à unidade nacional; os católicos (ou os protestantes) liberais que, contra os clericais antiliberais e os anticlericais (às vezes liberais), defendiam a separação entre Igreja e Estado; os liberal-democratas que, contra uma visão limitativa do Liberalismo, encarado como mera garantia dos direitos individuais, salientavam o momento da participação democrática na direção política do país.³

É justamente a separação do Estado e da Igreja e a democratização do Estado Liberal que a Igreja vai combater no processo dessa pesquisa. A cada menção do termo Liberalismo, ao longo do trabalho, leia-se o conceito citado. Demonstrar-se-á também que o processo do pensamento liberal partiu de um sistema macro para um sistema micro, pois o trabalho tratará também da entrada do ideário da Europa para o Brasil e do Brasil para o Rio Grande do Sul.

Outra questão a ser abordada na pesquisa é a falta de importância dada à figura de D. Sebastião pela historiografia brasileira, apesar desse ter sido um dos grandes líderes da resistência católica frente às idéias liberais.

Tendo em vista as fontes para a formulação deste trabalho e os campos elaborados, a leitura flutuante foi sistematizada através da hipótese do agendamento, ou agenda setting. Segundo Antonio Hohlfeldt essa hipótese foi elaborada pelos professores Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw. De acordo com Hohlfeldt a primeira diferenciação já vem pelo nome, hipótese, e não pela utilização de teoria simplesmente, isso porque para ele,

teoria é um paradigma fechado, um modo acabado e, nesse sentido, infenso às complementações ou conjugações, pela qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo. Uma hipótese, ao contrário, é um sistema aberto, sempre

inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria. Assim, uma hipótese não se pode jamais agregar um adjetivo que caracterize uma falha: uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica não invalida necessariamente a perspectiva teórica.⁴

Dentro da hipótese do agendamento, se elaboram alguns pressupostos que, segundo Hohlfeldt, seriam:

- a) o fluxo contínuo de informação;
- b) os meios de comunicação por consequência influenciam sobre o receptor não a curto prazo como as antigas teorias pressupunham, mas sim a médio e a longo prazo;
- c) os meios de comunicação embora não sejam capazes de impor o que pensam em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazos influenciar sobre o que pensar e o que falar, o que motiva o batismo dessa hipótese de trabalho.⁵

Nesse sentido, utilizando os pressupostos anteriormente citados, percebe-se que no caso da *A Estrella do Sul*, o fluxo de informações foi contínuo. Analisou-se um acervo de quatro anos do jornal e uma periodicidade relevante para a aplicação dessa hipótese. Ainda com relação à periodicidade foi utilizado o termo Semanário devido à frequência de sua publicação - semanal. Perceber-se-á também que os assuntos levantados: os inimigos da fé católica, a formação do seminário para a formação de um clero católico ligado a Roma e os discursos na Câmara dos Deputados, foram constantes.

Outro aspecto importante do agendamento da *A Estrella do Sul*, que será analisado, serão as estratégias utilizadas pela Igreja para atender suas intenções como formadora de opinião a cerca de seus aliados e de seus inimigos e como esta, ao longo do tempo, construiu esse meio de influência. Por último, veremos como se demonstrou esse retorno do que pensar e falar através dos discursos da Câmara dos Deputados.

Assim inicia, em sua introdução, *A Estrella do Sul*, em 1862: “Somos espectadores de uma luta entre o bem e o mal, entre a virtude e o erro, entre Deus e o homem, e mudos não ficaremos”⁶

A idéia citada percorrerá as páginas do Semanário até o final de suas publicações. A base do agendamento proposto pela *A Estrella do Sul* é demonstrar a tradição católica como sendo a forma certa de se encarar a religiosidade e apontar os inimigos da fé através de um veículo público. Esse veículo deixará bem claro qual é o posicionamento da Igreja de Pedro¹⁴ tendo em vista assuntos referentes à sociedade católica, sua espiritualidade e à política que envolve os privilégios da Igreja como uma Instituição oficial do Estado.

Muitos são os posicionamentos teóricos para se estudar cientificamente o fenômeno religioso. Segundo Hermann, para:

Durkheim toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligandose, portanto, das estratégias de poder que organizam diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no “pensamento selvagem”, a religião pode ser definida como uma “humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza”; para Freud uma ilusão coletiva cujos objetivos é dominar o sentido de impotência que todo o homem experimenta frente a forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do “*homo religiosos*”. Portanto, seja através da sociologia, da fenomenologia, da antropologia, da política ou da psicanálise, segundo seus autores clássicos, a religião se definia entre uma dicotomia entre o sagrado e o profano, inscrita numa racionalidade em cuja proposta além de descritiva e classificatória, pouco se detinha na busca de explicações para o sentido específico das diversas formas de manifestações do que consideram “o fenômeno religioso”.⁷

Dentro dessa diversidade de abordagens teóricas, a que será utilizada como fio condutor para perceber o fenômeno religioso no Rio Grande do Sul é a ligação do político e do religioso. Claro que para entender esse fenômeno, em alguns momentos, ter-se-á que aliarse às áreas citadas anteriormente para ter uma visão geral do processo religioso, pois o mesmo se vincula a outras áreas como: a filosófica, a psicológica e a econômica, demonstrando assim, a organização social e suas ramificações com as tendências políticas da época.

A *Estrella do Sul* vai elaborar uma postura de defesa dos ideais católicos bem como a necessidade de apontar os seus inimigos. Uma das principais preocupações desse semanário, em seus primeiros anos de publicação, foi demonstrar para a sociedade sul-rio-grandense a periculosidade em dar ouvido a essas doutrinas dissidentes da Igreja Católica.

O ataque, principalmente à religião luterana, foi muito forte devido ao fato de existir imigrantes alemães que confessavam essa religião. Em seu primeiro número *A Estrella do Sul* publica um artigo intitulado “*O Culto do Diabo*”. Nesse artigo, o semanário faz uma ligação entre os escritos de Proudhon, sua referência a Satanás e também uma alusão ao fundador do luteranismo, onde escreve:

Passemos a Lutero, o herói da liberdade de pensar. Ele se revolta contra o papado, e sujeita-se a Lúcifer; recusa as bulas de Roma, e recebe os oráculos do inferno. E por ele mesmo que conhecemos seus freqüentes entretenimento com Satanás, e é ele quem nos diz como, depois de uma discussão com o príncipe das trevas se decide abolir o Santo Sacrifício do Altar. Na realidade, Proudhon não foi mais que um plagiário e sua invocação ao demônio se acha desde muitos séculos nas obras do grande novador.⁸

Nessa mesma citação *A Estrella do Sul* continua fazendo alusão a líderes fundadores de outras denominações protestantes. Sempre utilizando a “demonização” como forma de agendamento, ou seja, mostrando aos seus leitores que toda igreja que saiu do berço primeiro da Igreja Católica tem uma ligação com o Diabo, demonstrando, desse modo, a nocividade de questionamento pela comunidade de certos dogmas da Igreja.

Um ponto a ser analisado na citação anterior, era o fato do redator colocar que a idéia de abolir o sacrifício do Altar teria sido uma idéia satânica. Sendo assim, o leitor seria influenciado a pensar que tudo que fugisse dos dogmas propostos pela Igreja teria uma ligação com o Mal.

Segundo Fernando Catroga, o termo “livre-pensamento” surgiu pela primeira vez na Inglaterra para caracterizar alguns discípulos da *Royal Society* de Londres. Esses pertenciam ao anglicanismo liberal, tendência muito criticada pela *A Estrella do Sul*, assim como seu país de origem, por seu posicionamento político-religioso. Essa escola inglesa era também seguidora do pensamento deísta, e tinha como princípio a tolerância religiosa e a separação do Estado e da Igreja. Essa tendência ganha características do racionalismo kantiano. Dentro de um caráter mais densamente filosófico, Catroga aponta que as religiões históricas são criticadas pelo fundamento do conhecimento ético, levado à efeito por Kant.

É importante notar que o livre pensamento, como o nome já diz, prezava pela liberdade de pensar e a individualidade de escolhas. Esse pensamento vai se alastrar pela Europa chegando também aos países católicos pelos seus intelectuais, movimentando a discussão da separação entre Estado e Igreja Católica e a elaboração de uma burocracia laica desvinculada do regalismo, que imperou nas nações oficialmente católicas do século XIX. Essas teorias filosóficas vão chegar ao Brasil principalmente por intelectuais que foram estudar na Europa, onde esses tinham o contato com a ideologia liberal.

O século XIX foi marcado por profundas mudanças com relação à secularização da sociedade. Difundia-se, em boa parte da sociedade ocidental, um espírito liberal que incorporara as principais reivindicações do Iluminismo do século XVIII, ou seja, de liberdade, igualdade e fraternidade. Esses ideais, colocados em prática pela Revolução Francesa de

1789, garantiam a liberdade e os direitos democráticos por meio de uma constituição que limitando os poderes do monarca, desse voz ao povo.

O liberalismo que vai chegar ao Brasil tem seus ideais adaptados à realidade brasileira, pois, mesmo que houvesse uma abertura na política nacional com relação à questão liberal dentro do Primeiro Império, além da divisão dos poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário, tinha-se o poder moderador. Esse poder dava uma governabilidade maior ao Imperador, pois o mesmo poderia intervir em outros poderes, e até mesmo na Igreja. Percebe-se assim que ao se consolidar o liberalismo no Brasil, o mesmo está passando por um processo de despotismo esclarecido.

Os chamados padres liberais, segundo Matos⁹, confessavam um liberalismo teórico e às vezes, inconseqüente. Havia mais um ideário do que um plano orgânico de ação. Não há como negar que o clero ocupava um lugar de destaque na política: dos cem deputados da Assembléia de 1823, quase um quarto era eclesiástico.

Durante a época do Império, vemos surgir duas tendências reformistas da Igreja em franca oposição ideológica. De um lado o movimento que pode ser chamado de regalista, nacionalista e liberal, dirigido por um grupo muito ativo e expressivo do clero paulista entre os anos de 1826 e 1842 em direção a formação de uma Igreja nacional. Do outro lado os clérigos ligados a Roma respeitando as diretrizes do Concílio de Trento. Seus integrantes propunham uma Igreja mais centralizada com nítidas compreensões doutrinárias e disciplinárias. Alguns dos seus mais destacados representantes foram: Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia; Dom Antônio Ferreira de Souza, bispo de Mariana; Dom Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará. Todos esses bispos são ferrenhos defensores da ligação com Roma. Eles aparecem citados algumas vezes na *A Estrella do Sul* e Dom Sebastião Larangeiras, que é o editor da *Estrella*, mantém um contato bem estreito principalmente com o bispo da Bahia e o bispo do Pará, mostrando assim que a linha editorial da *A Estrella do Sul* era ligada ao clero que privilegiava o contato com Roma.

Usando o pressuposto de que esse clero liberal estava aceitando outras tendências, como os protestantes, e que o clero ligado a Roma não podia demonstrar esta fragmentação entre o clero nacional e o clero romano, este preferiu atacar o protestantismo, pois essas concepções religiosas, que já assediavam o Brasil desde o período da colônia, ganhavam força para alcançar sua entrada no cenário nacional brasileiro. Por esse motivo a Igreja Católica estava perdendo sua hegemonia político-religiosa e também seus fiéis.

A constituição de 1824 previa que os não católicos teriam liberdade de culto desde que fosse praticado em lugar privado, sem aparência externa de templo, atendendo o bom número de protestantes que vão entrar no Brasil, a partir de 1810, com a vinda da família real e também com a abertura dos portos às nações amigas. Porém, onde mais se intensificou a entrada de protestantes no Brasil foi em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, e em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Os dois casos tiveram imigração alemã.

Em geral, o protestantismo não pretendia angariar para si novos adeptos, mas sim ganhar fator de unidade cultural, para que os colonos se sentissem unidos pela fé trazida de sua terra natal.

Para compreender a relação entre Estado e Igreja no Brasil, no período do Segundo Império, é necessário retornar aos últimos momentos do período colonial e à herança que Portugal relegou o Brasil nesse período através de políticas de modernização do Estado, a partir do Movimento da Ilustração na Europa. Na relação construída entre Estado e Igreja no decorrer da História brasileira, percebe-se que o Estado e a Igreja Católica em Portugal, em boa parte dos momentos históricos, estiveram juntos devido o fato de Portugal ser notoriamente uma nação católica, e, portanto, ter uma relação estreita com a Santa Sé, mesmo que em certos momentos essas relações ficassem estremecidas.

Um desses momentos aconteceu quando o Marquês de Pombal tomou a frente dos negócios da coroa portuguesa. Esse político, notoriamente adepto do refreamento do poder da Igreja, tenta balizar os poderes do Estado, da Igreja e suas relações. Isso porque dentro da relação entre Estado e Igreja várias ideologias pairavam no período de Pombal, como por exemplo, o Galicanismo, que segundo Azzi:

passou a ter uma influência mais significativa na política religiosa de Portugal, reforçando-se, por conseguinte, o espírito regalista. Na realidade, o regalismo como concepção teórica e prática de uma vinculação mais forte da Igreja local ao poder do Estado mediante maior independência com relação à Santa Sé, não foi exclusivo na época pombalina, estando presente aliás, em outras nações.¹⁰

Fica evidente assim que tanto o Galicanismo quanto o Regalismo eram práticas características do despotismo esclarecido e vão chegar ao Brasil na forma do padroado real. Porém, é importante ressaltar que essa construção ideológica teve um tempo de duração muito extenso. No que se refere a essa questão, principalmente em Portugal, o Regalismo e o Galicanismo tiveram dois nomes que se destacaram, sendo eles: Gerson e Antônio Pereira de Figueiredo. Este, segundo Azzi:

nascido em 14 de fevereiro de 1725, Pereira de Figueiredo estudara inicialmente com o jesuítas. Após um período num mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, transferiu-se para a Congregação do Oratório em Lisboa. Os religiosos desse instituto eram então, considerados os mais avançados expoentes da cultura eclesiástica lusitana. Teólogo e Canonista dotado de rara erudição, Pereira de Figueiredo publicou já em 1752 um novo método de gramática latina onde se questiona o método de ensino jesuítico. Suas obras de cunho teológico e jurídico foram da maior importância para os novos rumos da Igreja luso-brasileira. A obra mais importante de Antonio Pereira de Figueiredo, a respeito das relações entre o poder régio e a Santa Sé, tem como título.” (De Suprema Regum). As teses nas quais defende o poder dos reis sobre o clero constitui a mais importante obra do direito público a esse respeito.¹¹

Pereira de Figueiredo baseia-se também nos escritos de Gerson que visavam à divisão do poder entre Estado e Igreja. Essas idéias estavam de acordo com o pensamento pombalino. Devido esse aspecto, essa ideologia foi bem aceita pelo Estado vigente de Pombal. É importante ressaltar que *A Estrella do Sul* faz também uma crítica a Antônio Pereira Figueiredo, pois a tradução da Bíblia para o Português da Vulgata Latina feita por ele estava entrando no Brasil. O posicionamento do semanário ligado a Roma não aceitava que um teólogo que tinha uma ligação muito estreita com o Regalismo pudesse produzir a tradução da Bíblia e que esta pudesse ser disseminada no Brasil, pois, segundo o Concílio Tridentino a Bíblia deveria ficar sob posse dos sacerdotes e não deveria circular nas mãos dos fiéis. Desta forma, a atuação de Pereira de Figueiredo contradizia as determinações do Concílio. Além da Bíblia ele teve uma produção bastante extensa relacionada aos assuntos religiosos.

A Igreja Católica, em contrapartida, se declarará contra esse posicionamento político devido o confronto do liberalismo e do catolicismo. Essa relação entre o Estado português e a Igreja Católica, que estava estremecida, chegará ao Brasil, a partir de 1908, com a família real. Esse estremecimento é ainda mais preocupante já que nesse momento os resquícios da Revolução Francesa estão assolando a Europa com as idéias de cunho liberal desafiando o poder da Igreja, pois na expansão de Napoleão, o mesmo faz do Papa seu refém.

No contexto brasileiro, após a Independência do Brasil e a formulação da Constituição de 1824, a Igreja Católica permanecia como a igreja oficial do Estado, porém, abriam-se brechas na lei para que outras religiões pudessem entrar no Brasil. Contudo, essas religiões não ficavam autorizadas a fazer apologia pública a suas doutrinas.

Nos lugares onde o protestantismo teve mais representatividade, como no sul do Brasil, as relações entre Igreja Católica e essas novas denominações ficavam estremecidas, mesmo a Igreja Católica sendo a oficial. Esta vai atacar diretamente essas doutrinas, utilizando, no Rio Grande do Sul, meios políticos, como a Câmara dos Deputados, ficando bem visível nos pronunciamentos desta Câmara, publicados na *A Estrella do Sul*. Tendo em

vista essas questões, pode-se perceber que tanto o protestantismo como os políticos liberais e as instituições ligadas a esses dois grupos foram criticadas abertamente pela *A Estrella do Sul*.

Através do estudo sistemático do Semanário *A Estrella do Sul*, perceberam-se algumas questões importantes para compor uma parte da historiografia riograndense referentes ao estudo da religiosidade no Rio Grande do Sul, sua relação com o Estado e a utilização da mídia de massas para a formação de opinião. Geralmente esses três campos são vistos de forma separada, não dando uma abordagem que possibilite essas relações no Rio Grande do Sul. Não são muito numerosas as obras que versam sobre esta relação, o que não acontece em outras regiões do Brasil.

Quando percebi nas fontes a figura de D. Sebastião e *A Estrella do Sul*, vi que a exceção apontada no início do trabalho no que se refere à atuação do liberalismo dentro da Igreja Católica e à falta de reação da Igreja a essa ideologia poderia trazer uma relevância ao estudo da religiosidade no Rio Grande do Sul.

Neste estudo verificou-se o pesado confronto entre a Igreja Católica e os movimentos aliados ao Liberalismo, pois mesmo que não fossem abertamente liberais, esses movimentos eram colocados no mesmo grupo ideológico. Dentro da análise sobre o protestantismo notou-se que o agendamento utilizado foi a demonização. Essa demonização servia para influenciar o pensamento dos católicos e demonstrar a malignidade e a estratégia que o diabo utilizava em desviar seus fiéis do caminho considerado correto, trazendo medo ao clero do possível desvio dos caminhos da Igreja.

Evidenciou-se também que, a princípio, os protestantes não faziam proselitismo para aumentar suas fileiras no Brasil. Porém, no decorrer do tempo, esse fato foi modificado, pois os protestantes tentaram negociar, politicamente, ajudas estatais que pudessem atender a seus propósitos religiosos, como por exemplo, a subvenção de pastores para atender suas necessidades. Isso denotaria uma perda de espaço político, social e ideológico muito grande para a Igreja Católica, e através da demonização, conforme citado, foi combatida. Não foram apenas os protestantes os considerados inimigos da fé católica, como se pode verificar trabalhando com o agendamento. Em menor escala estavam os maçons, que de forma sutil, eram citados como sendo propagadores de idéias contrárias as da Igreja e por isso entraram para o rol dos inimigos da fé.

¹ BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa. IN HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 4 v, p. 321

² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. São Paulo: Editora UNB, 2004, v. 2. 701.

³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. São Paulo: Editora UNB, 2004, v. 2, p. 688

⁴ HOHLFEDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisas em Comunicação. IN: HOHLFEDT, Antonio; MARTINO, Luiz C e FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 189.

⁵ HOHLFEDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisas em Comunicação. IN: HOHLFEDT, Antonio; MARTINO, Luiz C e FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 190 e 191.

⁶ *A Estrella do Sul*. Porto Alegre: Bispo de Porto Alegre, ano I, n. 1, 5 out. 1862, p. 1

⁷ Herman, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. IN: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 337.

⁸ Auden Vida de Lutero, tomo I, p. 558 IN: *A Estrella do Sul*. Porto Alegre: Bispo do Rio Grande do Sul, Ano I. n. 2, 2 outubro, 1862, p. 12.

⁹ MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando Pela História da Igreja: uma orientação para iniciantes*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1996

¹⁰ AZZI, Rioldo. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 137.

¹¹ AZZI, Riolando. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 138 e 141.